

---

---

## O Valor dos Arquivos de Família

PEDRO DE ABREU PEIXOTO

**F**ALAR no valor de um arquivo de família não é apenas falar do valor que um conjunto de documentos tem, enquanto passível de fornecer informação. Na realidade, só uma compreensão total dos problemas subjacentes ao tratamento deste tipo de arquivos, não só no que diz respeito ao seu tratamento arquivístico, mas fundamentalmente em tudo o que gira à volta desse tratamento, pode dar a verdadeira dimensão do valor de um arquivo de família, de forma a que eles se possam olhar com a devida importância.

Quando se fala em documentos, não deixa de ser ingrato reflectir sobre o seu valor. Talvez por isso essa reflexão seja constantemente adiada, deixando o campo aberto à pura especulação comercial que, através do seu conceito pouco ortodoxo de «documento», o torna num produto indiferenciado do consumismo, ao retirá-lo dos conjuntos a que pertence, alimentando o colecionismo obtuso com um produto de valor inflacionado.

Os arquivistas não podem, assim, deixar de equacionar o problema do valor dos arquivos, de forma clara, reflexão essa que, a qualquer momento lhes pode ser essencial no desenvolvimento das suas funções, ao serem confrontados com compras de arquivos ou com a necessidade de atribuição de um valor pecuniário para efeitos de seguro.

Esta atribuição de um valor pecuniário, normalmente feita por comerciantes de livros e documentos, quando não por antiquários, é de todo desaconselhável, uma vez que não tem em conta o valor intrínseco dos documentos, mas apenas se baseia no aspecto comercial dos mesmos.

O valor informativo, o valor do conjunto documental de onde o documento não deve ser separado, o arquivo enquanto conjunto e não enquanto mera soma das partes, não são preocupações tidas em conta por estes profissionais do comércio.

Neste contexto, pretendemos reflectir aqui sobre o valor dos arquivos de família, sem a preocupação de estender estas reflexões a outros tipos de arquivos. Na realidade, se algumas questões são válidas para todos os conjuntos documentais, outras terão a sua máxima expressão apenas neste grupo de arquivos. A reflexão mais alargada, embora urgente, não pode deixar de considerar a necessidade de uma ampla troca de ideias, a que os profissionais de arquivo, mais cedo ou mais tarde, terão que se lançar.

Começando por sistematizar as questões relativas ao valor de um arquivo de família, não podemos deixar de considerar a necessidade de o colocar em três planos distintos:

- afectivo;
- patrimonial;
- informativo.

### **O plano afectivo**

O plano afectivo, considerado como a ligação sentimental que une determinado ou determinados indivíduos a um conjunto documental, deve ser um dos primeiros a considerar ao abordar-se o valor de um arquivo de família. Na realidade, joga-se aqui muito do futuro da relação entre o arquivista e os proprietários do arquivo. Só compreendendo o alcance do que vale afectivamente o arquivo para os seus proprietários, se poderá compreender com exactidão não só aquilo que nos é pedido, se existir uma solicitação para a organização do arquivo, como aquilo que podemos propor, no caso de sermos nós a solicitar o tratamento de um determinado arquivo.

Não é fácil medir o tipo de afectividade que liga os proprietários de arquivos de família aos conjuntos documentais, razão pela qual a metodologia a utilizar deve ser, por um lado rigorosa, mas por outro nunca desligada do bom senso que deve prevalecer numa análise deste género. À partida, para equacionar a questão do plano afectivo no valor de um arquivo de família, dever-se-ão avaliar os seguintes aspectos:

- se o arquivo pertence à família do proprietário;

- se a custódia do arquivo equivale ou não a uma partilha de poder sobre o mesmo;
- se existe uma consciência do real valor documental e patrimonial do arquivo;
- se o proprietário mantém o arquivo por mera curiosidade ou por consciência de herança;
- se o interesse pelo arquivo é de mero coleccionismo.

É importante considerar à partida que a ligação afectiva será muito maior num arquivo que pertença à família dos seus actuais proprietários, ou a famílias colaterais, do que se esse arquivo não tem de todo a ver com a vida de indivíduos que tenham uma relação de parentesco com os actuais possuidores. Não é, como veremos, um indicador para utilizar isoladamente, uma vez que se pode dar uma forte ligação afectiva a um conjunto documental que não pertence necessariamente à família dos seus actuais detentores.

É por esta razão que se torna importante avaliar se o interesse pelo arquivo não é de mero coleccionismo, o que transportará o plano afectivo para outro tipo de questões. Não menos importantes, é certo, mas não tão melindrosas.

Se o arquivo é realmente um arquivo «da família», é importante estabelecer se os seus actuais detentores têm consciência do seu real valor patrimonial e documental. Seja essa consciência por excesso ou por defeito, o arquivista tem o dever de lançar o alerta para o real valor do conjunto documental.

Só assim os proprietários podem estar avisados dos seus deveres para com a comunidade, por um lado, e dos seus direitos, por outro. Nunca é demais dizer, que uma relação entre uma instituição e particulares detentores de arquivos de família, tem que se basear na mais absoluta transparência, sob pena do resultado final ser desastroso para a instituição que pretende defender o património documental.

Mas, quando o arquivo de família se mantém nos descendentes dos indivíduos que lhe deram origem, há ainda que determinar se a manutenção do arquivo acontece por mera curiosidade, atribuindo-se-lhe uma importância relativa, ou se existe a consciência de que, como descendentes, a sua obrigação é manter o património documental na família, para as gerações vindouras. Mesmo nos dias de hoje, não considerar esta hipótese, é não ter o mínimo conhecimento das preocupações de muitas famílias que detêm este tipo de arquivos. A falsa questão lançada por quem afirma que hoje em dia só o dinheiro conta, apenas nos deve sugerir a ignorância de quem o afirma.

Por último, torna-se importante estabelecer o real poder que têm sobre os destinos do arquivo, as pessoas com quem se contacta. Na realidade, é fundamental não esquecermos que, muitas vezes, o arquivo está entregue a um determinado elemento da família, a título de custódia, não deixando, no entanto, de qualquer decisão sobre o mesmo ter que ser tomada por mais do que um herdeiro. Este ponto concreto, é de importância vital para estabelecer prazos para respostas a solicitações, conselhos ou acordos sobre o arquivo de família.

Temos assim uma série de aspectos importantes a considerar, para traçar a estratégia de abordagem ao arquivo de família. O arquivista vai propor à família a venda do arquivo a uma instituição? Fazê-lo a uma família que tem dele pouca consciência de herança e apenas um sentimento de curiosidade, talvez seja um acto lícito. Mas propor a venda a uma família que detém um arquivo, com grande consciência do seu papel enquanto herdeira de tradições, com grande consciência do seu valor real e patrimonial, poderá ser uma forma de nunca mais conseguir estabelecer contacto com esse arquivo.

Mas, como dizíamos ao princípio, não podemos considerar estes aspectos como valendo só por si. Eles deverão ser sempre acompanhados pelo bom senso do arquivista. Só desta forma se poderá avaliar se uma família, com consciência do valor patrimonial e documental do arquivo da «sua» família, não preferirá pô-lo a resguardo numa instituição, onde poderá ser depositado em condições óptimas de segurança e de transmissão de informação. São os aspectos relacionados com a afeição que existe sobre um conjunto documental, que, seja qual for a sistematização, jamais conseguiremos medir com a exactidão desejável.

### **O plano patrimonial**

Equacionar o valor de um arquivo de família, no plano patrimonial é, e será sempre uma tarefa difícil. Antes de mais pela dificuldade em encontrar um valor para algo que ultrapassa em muito o mero valor económico, e, portanto, ter-se-á sempre a tendência para sobrevalorizar um conjunto documental. Difícil também pelo próprio objecto da avaliação, que, provavelmente será dos mais subjectivos que podem existir.

Não nos podemos esquecer, por outro lado, que normalmente quem estabelece os preços de documentos são os comerciantes ligados a este ramo e que, ao contrário dos arquivistas, subvalorizam o preço dos

documentos quando os compram, e sobrevalorizam-nos quando os vendem. É normal que assim aconteça, ao mesmo tempo que são tentados a obter um preço para cada um dos documentos, que poderão ter algum valor de *per se*, arrastando quase sempre para um desmembramento dos conjuntos documentais.

Arquivisticamente, não se pode deixar de equacionar o valor patrimonial de um arquivo de família, mas, obviamente, não se poderá deixar de o fazer para o conjunto de todos os documentos que compõem um arquivo e que só em conjunto permanecem com o seu real valor.

Mas, a verdade, é que ao arquivista pode ser pedida uma informação deste género: qual o preço a atribuir a um arquivo de família que determinada instituição quer comprar? É prática comum, mas absolutamente errada, deixar esse papel aos comerciantes de livros e documentos antigos, assim como aos antiquários.

O valor patrimonial a atribuir a um arquivo de família deve ser estipulado pelo arquivista, tendo em consideração, antes de mais, os seguintes aspectos:

- quantidade de documentos;
- quantidade de séries existentes e sua extensão temporal (mais ou menos completas);
- diversidade de documentos;
- antiguidade dos documentos;
- indivíduos e instituições produtoras dos documentos;
- destinatários da documentação;
- estado de conservação dos documentos;
- estado de organização do arquivo;
- tipologia dos documentos;
- *materia scriptoria* dos documentos e sua apresentação artística.

Quanto maior for a qualidade, extensão e diversidade destes itens, maior valor terá o arquivo de família. Claro está que o maior ênfase deve ser dado às séries documentais.

No entanto, o arquivista não pode deixar de tomar como ponto de partida ou comparação, os preços normalmente praticados no comércio de documentos, para as determinadas tipologias documentais. Fazê-lo é não considerar um dos seus maiores concorrentes, caindo no erro de afastar a possibilidade de conseguir conjuntos documentais importantes, só porque não se aproxima sequer dos valores normalmente praticados.

O valor patrimonial de um arquivo de família, deve ser assim dado por dois vectores fundamentais, em perfeita complementaridade:

- valor enquanto conjunto documental;
- valor atribuído às espécies documentais.

O caminho para achar o valor patrimonial de um arquivo de família não pode deixar de considerar a indissolubilidade do conjunto documental. Não está em causa o valor atribuível às unidades documentais, mas sim o significado do todo.

É evidente que não se pode deixar de ter conhecimento do valor comercial de determinados documentos, a fim de que se possa ter uma forma de atribuir um «preço». Esta necessidade é indiscutível, e não a equacionar é fechar os olhos a um problema, o que, manifestamente não é, nem será nunca maneira de o resolver. O preço atribuível a um documento nos circuitos comerciais é normalmente inflacionado, mas é um preço de referência importante para o arquivista. Não o considerar é tão grave como dar a atribuição do valor patrimonial de um arquivo de família a um comerciante do ramo.

É difícil, senão impossível, encontrar uma formulação mais ou menos exacta, para estabelecer um valor patrimonial para um arquivo de família. No entanto há que considerar estes aspectos e, sempre de acordo com uma política que as instituições devem pré-estabelecer, estipular um preço, que não poderá deixar de se basear igualmente na intenção de quem vende e de quem compra.

### **O plano informativo**

O plano informativo é, sem dúvida, aquele que é mais caro ao arquivista, sem por isso se dever tornar o mais importante, uma vez que, como dissemos, é a reunião dos três planos que deve dar a verdadeira dimensão do valor de um arquivo de família.

No plano informativo temos que considerar a existência de duas realidades distintas, que se reportam directamente ao facto de o arquivo de família se apresentar, ou não, com as suas séries fechadas na totalidade. Consideremos então, a nível informativo, dois aspectos possíveis:

- o valor de gestão corrente;
- o valor secundário.

### *O valor de gestão corrente*

O processo de constituição de um arquivo de família, tem sempre subjacente um valor de gestão corrente. Ou seja, o arquivo de família não é, na maioria das espécies documentais que o constituem, formado por documentos que se guardam por valor sentimental ou porque se quer constituir um arquivo. Guardam-se por absoluta necessidade de gestão dos negócios da casa no seu todo ou de cada um dos indivíduos que compõe a família.

É por isso que, normalmente, uma das tipologias dominantes nos arquivos de família são os documentos de carácter patrimonial, ou que dizem respeito ao património. Estes documentos, que normalmente não se deitam fora porque dizem directamente respeito ao sustentáculo económico da família, vão sendo acumulados ao longo dos anos, como prova de posse do património, como prova de compras e vendas, arrendamentos, aforamentos, empréstimos, etc.

Digamos então que o valor de gestão corrente é aquele que dá directamente razão de ser para a constituição do arquivo de família. Encontrar neste tipo de arquivos uma finalidade principal para além desta é torcer os objectivos que levaram à sua constituição, para além de não ter em conta os princípios fundamentais da arquivística.

É evidente que existem muitos documentos, num arquivo de família, que nos aparecem por razões que se prendem directamente com interesses menos patrimoniais, como por exemplo os documentos genealógicos. É discutível se esta classe de documentos é ou não produzida pela família no normal decorrer das suas funções. A verdade é que o sustentáculo social, faz, em muitos casos e em muitas épocas, parte das funções correntes de uma família. A prova de sangue, ou genealogia que é feita para comprovar o direito a determinado título ou nome, não tem só importantes implicações sociais, como mesmo poderá ter implicações económicas.

A família, de alguma forma, terá assim interesse em manter a sua genealogia actualizada, até com a intenção de a fazer passar aos seus descendentes, o que, para uma família com as características de muitas famílias do antigo regime, não deixa de ser uma função de considerável importância a cumprir.

É claro que são sempre de considerar motivos que levam à conservação de documentos em arquivos de família, mais ligados ao coleccionismo do que propriamente à necessidade de arquivo desses mesmos documentos, para cumprir determinadas funções da família, mas não é a regra geral.

Na realidade o arquivo de família tem que ser entendido como espaço multifuncional, em que por um lado funciona a lógica da gestão dos assuntos correntes da família e, por outro, os interesses pessoais de cada um dos indivíduos que a constitui.

Há assim que considerar o facto de um arquivo de família se formar por questões de gestão corrente do património de uma família. Ora, normalmente, as séries que se constituíram nos arquivos de família vão sendo fechadas, à medida que se vai evoluindo no tempo, e na medida em que as formas de vida em sociedade se vão alterando. A família, no seu sentido lato de família alargada, dá lugar a uma família nuclear em que o indivíduo toma um lugar especial.

Podemos considerar que o arquivo de família vai dar lugar a vários arquivos pessoais, e não já a um conjunto documental que tem um carácter generalizante a toda a família.

É esta a razão dos arquivos de família serem normalmente arquivos fechados, em que as séries que os constituem têm a ver com um passado, mais ou menos remoto, mas que é, de todo, desligado da vida actual, mesmo se em posse dos elementos da família de que faz parte o arquivo de família. Quer isto dizer, que o valor de gestão corrente está ultrapassado, muito embora ainda se possa recorrer aos documentos do arquivo para resolver alguns problemas actuais.

No entanto, não podemos deixar de considerar, embora remota, a hipótese de encontrarmos um arquivo de família aberto, cujos elementos que compõem a família o alimentam, não só com os seus documentos pessoais, como igualmente com documentos que dizem respeito a toda a família, a par com os documentos produzidos pelos seus antepassados.

Dir-se-ia assim, que esse arquivo mantinha ainda um valor de gestão corrente actual. É pouco provável encontrarmos um arquivo nestas condições, uma vez que a documentação que diz respeito às actividades da família nos dias de hoje é de tal forma diferente que dificilmente se continuam as antigas séries documentais.

Por outro lado, o detentor de um arquivo de família dá a esse arquivo um carácter de arquivo histórico, não o confundindo com os negócios actuais de cada membro da família que, já de si próprios têm tendência a ter um espaço próprio para os seus arquivos pessoais, bem como formas diferentes de os organizar.

Temos assim que o valor de gestão corrente atribuível a um arquivo de família, deve ser considerado mais como forma de sabermos quais as intenções com que os documentos foram produzidos do que para lhe atribuir



um valor de gestão corrente ao jeito dos arquivos de uma qualquer instituição.

### *O valor secundário*

Não se pretende aqui estabelecer o valor dos documentos que constituem um arquivo de família no que diz respeito à sua importância para o conhecimento histórico-científico. Não é esse certamente o papel do arquivista. Tudo passa pelo reconhecimento das fontes, da sua autenticidade e do seu aproveitamento para os diferentes tipos de investigação nas diversas áreas do conhecimento.

No entanto, o que se pretende fazer é chamar a atenção para a importância da família enquanto produtora de documentação que, a nível de informação histórica, é tão válida como qualquer outra.

Como poderemos, então, ver as características base dos documentos que constituem os arquivos de família, de forma a ser-lhes dado um imediato reconhecimento da sua importância? Existem duas características fundamentais, que dão aos documentos dos arquivos de família uma importância fundamental a nível de valor secundário, e que os distinguem dos restantes arquivos:

- complementaridade com os documentos dos arquivos públicos:
  - a nível informativo;
  - a nível de integridade física dos documentos;
- enquanto produzidos num espaço de confidencialidade.

A informação contida nos documentos de um arquivo de família pode ser um complemento daquela que se obtém, sobre um mesmo assunto, num arquivo público. Os diversos acontecimentos têm, a par do seu eco oficial, a vivência pessoal das pessoas que estão por detrás deles. E essa vivência pessoal é possível de encontrar num arquivo de família.

É um dos factos mais relevantes da importância do documento privado: o ser produzido num espaço de confidencialidade. Longe das tipologias oficiais e das regras estabelecidas para as relações institucionais; longe das posturas requeridas pelas hierarquias impostas pela organização da vida oficial, o documento privado abre-se às opiniões livres dos condicionaismos dos cargos que se ocupam e das regras impostas, oferecendo a possi-

bilidade de informações «limpas» que nos permitem ver o lado escondido dos acontecimentos.

Mas os documentos deste tipo de arquivos, são igualmente uma forma importante de ultrapassar os hiatos de informação, provocados pelos inúmeros cataclismos, naturais e humanos, infligidos aos arquivos através dos tempos.

Disseminados no espaço, eles garantem a sobrevivência de informação sobre determinados acontecimentos, que se perdem quando localizados apenas num determinado local, sujeito a uma qualquer forma de destruição.

Veja-se o exemplo das Cartas de Brasão de Armas, desaparecidas na sua componente oficial com a total destruição do Cartório da Nobreza, em 1755, e que, se hoje se conseguem recuperar é através dos documentos que eram entregues aos seus requerentes e que eram guardados nos arquivos de família. Se assim não fosse, não restava uma única nos dias de hoje.

### **Conclusão**

Reflectir sobre o valor dos arquivos de família, de uma forma sistemática e descomplexada é uma tarefa que não se pode adiar por mais tempo. Os arquivistas devem fazê-lo com ponderação e tendo sempre presente duas preocupações fundamentais. A primeira orientada para a divulgação deste tipo de arquivos, normalmente esquecidos dentro da designação demasiado abrangente de arquivos privados. O conhecimento dos documentos que compõem os arquivos de família é, na maior parte dos casos, uma verdadeira descoberta para os investigadores, que vêem neles «o outro lado» do conhecimento histórico, uma perspectiva não oficial do acontecimento, que pode completar de forma fundamental os conhecimentos que se pretendem adquirir.

A outra preocupação deve ser orientada para o reconhecimento do valor deste tipo de conjuntos documentais. Não se pode perder mais tempo a escamotear um problema evidente: o profissional de arquivos tem que ser capaz de avaliar o preço de um arquivo de família. Os arquivos são a sua profissão, ninguém melhor do que ele pode estar preparado para esta tarefa. Deixá-la a critérios exclusivamente comerciais é deixar que os arquivos continuem a alimentar atitudes colecionistas, em nada abonatórias do verdadeiro conceito de documento de arquivo.

**RESUMO** A importância de os arquivistas saberem o valor dos conjuntos documentais com que trabalham é cada vez mais acentuada perante a concorrência dos comerciantes que lhes retiram o seu valor informativo subvalorizando o seu valor comercial. Aos arquivistas impõe-se, assim, uma reflexão sobre o valor dos arquivos de família nas suas componentes informativa e patrimonial de forma a poderem defender os interesses dos particulares e o das instituições ao mesmo tempo que estão preparados para reconhecer a verdadeira importância científica dos conjuntos documentais que trabalham.

**ABSTRACT** *Archivists should be more and more aware of documents archival value, since they have to face a very hard competition from dealers who increase the commercial value of documents regardless their real informational value. Therefore, from a scientific viewpoint, archivists must pay a greater attention to family archives as sets of informational and patrimonial elements in order to protect private, and institutional interests.*

**ENDEREÇO** Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Técnico-Superior de BAD,  
**ADDRESS** colabora com a UTAD como coordenador do Sector Editorial e do Sector de Ofertas e Permutas, Apartado 202, 5001 Vila Real.

INSTITUIÇÕES • EXPERIÊNCIAS • PROJEITOS